



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NANACO DAVID MAMBO

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE O CONFLITO CIVIL (1975-1992)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

NANACO DAVID MAMBO

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE O CONFLITO CIVIL (1975-1992)**

Projeto de pesquisa apresentado para aprovação de Trabalho de Conclusão do Curso Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

NANACO DAVID MAMBO

**A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE O CONFLITO CIVIL (1975-1992)**

Projeto de pesquisa apresentado para aprovação de Trabalho de Conclusão do Curso Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data da aprovação: 30/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Alexandre António Timbane (Membro examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Basilele Malomalo (Membro examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSFAA: Comando Superior das Forças Armadas Angolanas

EUA: Estados Unidos da América

FAA: Forças Armadas Angolanas

FALA: Forças Armadas de Libertação de Angola (UNITA)

FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (MPLA)

FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola

GRPA: Governo da República Popular de Angola

MFA: Movimento das Forças Armadas

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU: Organização das Nações Unidas

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLD: Partido Liberal Democrático

PRS: Partido de Revolução Social

RDC: República Democrática do Congo

RPA: República Popular de Angola

TPA: Televisão Pública de Angola

UNITA: União Nacional para Independência Total de Angola

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	TEMA E JUSTIFICATIVA	7
3	PROBLEMA DE PESQUISA	8
4	HIPÓTESES	8
5	OBJETIVOS	9
5.1	OBJETIVO GERAL	9
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
6.1	CONCEITO GERAL SOBRE A POLÍTICA EXTERNA	10
6.2	O ACORDO DE ALVOR E OS ALIADOS DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DURANTE O PERÍODO DA GUERRA CIVIL (1975- 1992)	11
6.3	AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS E MULTIPARTIDÁRIAS EM 1992, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDEOLOGIA DEMOCRÁTICA DO ESTADO ANGOLANO	13
7	METODOLOGIA	16
8	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18
	ANEXO	20

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “*A Política Externa de Angola Pós-Independência: Um Estudo Sobre o Conflito Civil (1975-1992)*”, é o resultado de experiências compartilhadas que emergiu na necessidade de entender a política externa angolana pós-independência, assim como as políticas externas implantadas pelo governo durante a referida guerra civil (conflito armado), que será o cerne da nossa análise.

A República Popular de Angola (RPA) passou por um período tenso desde 1961, quando se deu o início da luta armada contra o colonialismo português, motivado pelo realismo político, que resultara no açambarcamento do território. Nessa senda, Cabral (1977) afirma categoricamente que devido à falta de infraestruturas, Portugal apenas desempenhou a função de intermediário, dado que era apenas um país colonialista atrelado ao imperialismo Inglês, pois o “[...] imperialismo é o resultado da concentração gigantesca do capital financeiro nos países capitalistas através da criação dos monopólios, em primeiro lugar os monopólios das empresas capitalistas” (CABRAL, 1977, 2004). Todavia, os meios utilizados para a exploração em Angola foram ideologicamente engendrados a um único objetivo: exploração dos recursos um território para abastecer a metrópole, marcado por conflitos e jogos de forças movidos pela anarquia. Apesar disso, a dominação e subordinação de um Estado sobre outro é a condição ineliminável e inerente à própria política colonial (HOBBS, 1997).

Na verdade, não houve interesse em construir uma sociedade e/ou de povoar o território angolano, o que Caio Prado (1991) descreve como a colônia de povoamento. A conquista da independência não significou fim do conflito, ao contrário, instaurou-se nova era de guerras civis internas que se iniciaram no ano de 1975 e se estenderam até o ano de 1992, com tensões e alguns intervalos, e em seguida se estendeu até 2002, com a morte do Jonas Malheiro Savimbi¹. O referido conflito em Angola estava visceralmente imbricado com a Guerra Fria, na qual certas potências estrangeiras envolvidas influenciaram diretamente no conflito do país e se tornaram aliados dos movimentos de libertação da nação angolana.

Apesar disso, nesta pesquisa, procura-se traçar o recorte temporal, analisando a guerra civil realizada no território angolano, no final de 1975 até as realizações das primeiras eleições presidenciais e multipartidárias em 1992, bem como as causas, efeitos e os apoios que Angola recebeu da comunidade internacional, e/ou no cenário internacional demarcado

¹ Morte de Jonas Malheiro Savimbi (líder da UNITA, segundo maior partido da oposição) não é o nosso objeto de análise, por isso não será explorado com profundidade, apenas como informativo.

pela polarização e inquietação militar provocado por países com atitudes ideológicas extremas, respectivamente os Estados Unidos da América (EUA), a Antiga União Soviética, somada a aliados, África do Sul e Cuba. Sendo assim, ao longo da Guerra Fria (1975-1992), foram constituídos e consolidados importantes movimentos nacionalistas, tais como: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Porém, o MPLA já se encontrava no poder desde a proclamação da independência em 1975.

No entanto, antes da independência, Angola atravessara o sistema do colonialismo português durante quatro séculos, o que transformou corpos vivos em mortos, em diversas modalidades de trabalho forçado. Com a libertação territorial, o Estado alinhou-se ao regime Marxismo-Leninista, herdando da antiga colônia portuguesa.

Diante do exposto, surge a necessidade de pesquisar sobre a temática “a política externa de Angola pós-independência na década de 1975-1992, durante o conflito armado”. Traçou-se o recorte temporal para responder às questões relacionadas ao objeto a ser estudado. Por isso, os eventos ocorridos para além dessa dimensão temporal se tornam inoportuno neste estudo, mas poderão ser importantes para pesquisas futuras.

2 TEMA E JUSTIFICATIVA

Tendo em conta que são praticamente escassos os estudos interdisciplinares relacionados a essa temática, e mesmo em menor número, eles têm sido carregados de olhares eurocêntricos e historicamente predominado pelo positivismo e teorias do núcleo duro das disciplinas de relações internacionais, ciências políticas, economia política internacional, o que, em prática, não contribuem para uma explicação avançada do fenômeno, visto que estudos relacionados à África precisam de novas abordagens interdisciplinar e holística da política externa africana.

Nessa perspectiva, ser uma estudante universitária de nacionalidade angolana, numa universidade cujo projeto se constitui em diretrizes voltadas ao continente africano, em especial aos Palops, possibilita a seus estudantes ter acesso a abordagens candentes e enriquecedoras sobre suas comunidades e suas realidades. Neste sentido, um olhar holístico capaz de romper com paradigmas existentes em epistemologia do Norte pode trazer uma nova interpretação sobre o objeto. Por essa razão, um estudo voltado à política externa angolana é muito importante para suprir a fraca produção científica, bem como o reduzido o número de

acervos disponíveis no ambiente educacional para os pesquisadores angolanos. Assim sendo, na ocasião, há que se considerar que em Angola, a mídia, especificamente as informações transmitidas pela Televisão Pública de Angola (TPA), comunicavam as situações da instabilidade política que o país atravessava e as suas turbulências no decorrer desses anos no campo interno.

Um dos interesses centrais em pesquisar a política externa angolana após a proclamação da independência no contexto da guerra civil de 1975 a 1992 consiste na ideia de buscar informações acerca das razões que motivaram atores internacionais a apoiarem os movimentos partidários, com armamentos bélicos, logísticos e econômicos.

O outro aspecto pertinente que se pretende analisar é concernente ao Acordo de Bicesse assinado em 1991, decretando o cessar-fogo entre os movimentos nacionalistas, assinado pelos líderes políticos e com a presença da Comunidade Internacional, o Governo de Portugal, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Na prática, esse evento dissuadiu os movimentos da libertação a pautarem pela ordem democrática, possibilitando um posicionamento ideológico moderado de ambas as partes, dado que, em 1992, a partir das eleições gerais e multipartidárias, se notabilizou uma democracia sólida, capaz de resolver os problemas econômicos que Angola atravessava na época do socialismo. Desta feita, com o liberalismo econômico, Angola foi obrigado a se alinhar com os EUA e Brasil como forma de suprir as demandas da população angolana.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Perante os desafios encontrados, procurou-se superá-los lançando a seguinte **Pergunta de Partida:** Quais os impactos da Política Externa Angolana no período pós-independência (1975-1992)?

4 HIPÓTESES

Nesta pesquisa, se parte de hipótese de que: a Política externa Angolana *Pós-Independência (1975-1992)* foi marcada pela crise cíclica e intermitente no cenário doméstico, decorrente de animosidades entre os movimentos, que por sua vez resultou no estrangulamento da diplomacia progressiva.

Nessa abordagem, ressalta-se que o conflito armado foi resultado de um processo de acirramento político entre os três partidos independentistas, que logo após a conquista da independência no dia 11 de novembro de 1975, esses partidos se sentiram obrigados a assumir o protagonismo de governar o destino da nação angolana, ambos buscando a emancipação total de uma nação livre e democrática. Ressalta-se que na ocasião se configurava o cenário de uma ideologia política centralizada no unipartidarismo, governado pelo MPLA. Em razão disso, se entende, nesta pesquisa, que o conflito foi uma consequência e não a causa desse processo.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a política externa angolana no período pós-independência (1975-1992).

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender o que originou a guerra civil entre os três atores nacionalistas no período pós-independência (1975-1992);
- Analisar as razões da participação dos aliados socialistas (URSS e Cuba) durante a guerrilha civil em Angola;
- Compreender a participação de um estado capitalista (EUA) durante a guerra civil;
- Identificar os acordos realizados entre os partidos políticos e os representantes dos países que apoiavam a guerra;

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Problematizar a questão política externa angolana a partir da independência, à luz das relações internacionais, impõe o desafio de acompanhar o movimento diacrônico e sincrônico do Estado angolano e a maneira como se constituía a sua organização doméstica do poder, principalmente tratando-se de Estado novo, recém independente, concomitantemente somada

às influências das grandes potências. Isso é extremamente complexo na medida em que se identificam emaranhados eventos mediante a formação e condução do governo em termos da sua constituição e do regime político; zonas de influências, os valores da democracia, a atuação dos partidos políticos e grupos de interesse das opiniões políticas nacionais e internacionais (PECEQUILO, 2012).

No que concerne ao campo diacrônico, sabe-se que a República Popular de Angola foi uma antiga colônia portuguesa, tendo conquistado a sua independência em 1975. Nesse processo incipiente, o país experimentou o monopartidarismo, encetado pelo então presidente António Agostinho Neto, que conduziu o país por um regime único, cujo o MPLA² fora, durante décadas, o partido único açambarcador do aparelho do Estado, inviabilizando a transição de poder, definindo a implementação da transição democrática. Durante esse regime monopartidário, as forças nacionalistas, nomeadamente a UNITA, se fizeram presentes como um ferrenho adversário político.

6.1 CONCEITO GERAL SOBRE A POLÍTICA EXTERNA

De acordo com Santos (2000), a política externa é um conjunto de ferramentas do poder político que exerce suas funções fora do limite nacional para criar cooperações de aplicabilidade de leis e normas governamentais com outros Estados. Esse conceito torna-se pertinente para entender as relações, cooperações, amizades e assinaturas estabelecidas entre os governos nacional e internacional para estabilidade política e econômica.

Por outro lado, Pinheiro (2004) define a política externa como um conjunto de ações e decisões que podem ser determinadas pelo poder do Estado ou entidade não estatal, como, por exemplo, atores transnacionais, organizações multinacionais e instituições internacionais. Essas entidades possuem o papel de formular interesses significativos no campo doméstico e internacional para inserção dos seus recursos de poder.

Já Gomes (1990) considera a política externa como: “[...] atividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar objetivos que lhe são próprios” (GOMES, 1990, p. 55).

Conforme Oliveira (2005), a política externa refere-se à participação efetiva dos Estados perante os atores da comunidade internacional, como instituições não-

² De acordo com Silva (2015), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) alcançou a maior vitória na guerra de libertação do país, especificamente após a revolução dos cravos em 1974, Portugal.

governamentais, grupos sociais, empresas, entre outros atores. O autor ainda salienta que os Estados possuem jogos de interesses para agregarem valores às suas organizações.

Os argumentos e perspectivas apresentadas acima pelos autores foram de extrema importância para entender, de forma concisa, o conceito de política externa. *In lato sensu*, ambas as definições se coadunam, ao apontarem as entidades, estatais ou não estatais, que atuem no exterior em nome do país. Nessa perspectiva, o Acordo de Alvor realizado em 1991 sedimentou uma dinâmica tripartido, conduzida pelo governo português, na mediação entre os três principais movimentos de libertação de Angola.

6.2 O ACORDO DE ALVOR E OS ALIADOS DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DURANTE O PERÍODO DA GUERRA CIVIL (1975-1992)

O Acordo de Alvor foi assinado no dia 15 de janeiro de 1975, em Alvor, na região de Algarve, Portugal, com a participação do governo português e os três movimentos de libertação nacional, nomeadamente o MPLA, a UNITA e a FNLA. Corresponde a um documento que prescrevera o sistema de transição do colonialismo português para a Independência Nacional e definira a data da sua proclamação em 11 de novembro de 1975 (JORNAL DE ANGOLA, 2022).

O referido acordo era denominado como um Governo de Transição, sendo presidido por um Colégio Presidencial, formado por três movimentos nacionalistas. Pela UNITA, estava presente o José Ndele, pela FNLA, Johnny Eduardo, e, pelo MPLA, Lopo do Nascimento. O objetivo principal da sua criação era dirigir, orientar e coordenar o Governo de Transição.

Diante disto, Birmingham (2002, apud SILVA, 2015) afirma que a nação angolana tinha sido considerada a joia mais preciosa da colônia portuguesa, tornando-se o centro da geopolítica africana em 1975. Após a proclamação da independência, no mesmo ano, Angola mergulhou num cenário de conflitos centralizado pela disputa regional e global, que perdurou até 1989. Por isso, ele continua afirmando o seguinte:

Angola foi palco dos interesses estratégicos de potências intermediárias da região (África do Sul e Zaire) e de fora dela (Cuba), bem como de potências globais (EUA, URSS e China). Essa relevância global foi, todavia, submetida a complexas dinâmicas locais e regionais e perdeu impulso com o fim da década de 1980. (BIRMINGHAM, 2002, *s/p* apud SILVA, 2015, p. 142).

O excerto apresentado por Silva (2015) possibilita compreender a luz da cooperação entre os movimentos nacionalistas e seus aliados, a exemplo do MPLA, que angariou apoio da

Rússia e Cuba, enquanto os adversários (UNITA E FNLA) se mantiveram vinculados e agenciados pelos EUA.

A respeito disso, se notabilizou a hegemonia política e militar do MPLA após a independência, projetando a sua visibilidade internacional, ao lado de seus parceiros internacionais. Porém, esse governo foi incapaz de estabelecer um projeto de unidade nacional ou frente ampla e democrática que pudesse mitigar as rivalidades domésticas entre os seus adversários políticos (AGOSTINHO, 2011). Agostinho (idem) destacou que o MPLA procurou antecipar-se a seus oponentes apropriando-se das estruturas administrativas, nos meios intelectuais e nos quadros das empresas, e ainda em divergência aos seus concorrentes. Além disso, “[...] favoreceu o seu diálogo com os membros do MFA, que ao contrário, e apesar dos seus esforços, se viam sempre em enormes dificuldades para estabelecerem ligações com a UNITA e a FNLA” (IDEN, 2011, p. 30).

Vale mencionar que o poder durante a guerra “civil” foi centralizado pelas elites do MPLA. O Presidente da República e Chefe das Forças Armadas era uma entidade fundamental para a criação de normas de política externa. Sendo assim, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e seus órgãos internos formularam diretrizes políticas para a sua aplicabilidade. Essas diretrizes foram baseadas em 3 fatores importantes.

Três eram as principais esferas decisórias do MPLA: (i) o Congresso do Partido, que reunia uma assembleia (ii) o Comitê Central, que formulava as políticas específicas em áreas de responsabilidade do seu secretariado, incluindo os departamentos de *Política Externa* e Defesa e Segurança; e (iii) o Bureau Político, órgão eleito do Comitê Central e mais influente do partido, mantinha o poder de fiscalização da implementação da política partidária (ou seja, possuía grande interferência na agenda). (MALAQUIAS, 2002, p. 15-19 apud SILVA, 2015, p. 147-148 *grifo nosso*).

Na mesma linha de pensamento, Malaquias (2002, Apud SILVA, 2015), reforça a visão das relações existentes entre partido político e a entidade executiva que dominava o recurso decisivo do ambiente da política externa. O chefe do Estado, naquela época, também exercia a função como líder do partido MPLA, de modo pelo qual as políticas ideológicas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) também afetavam significativamente a política externa³ do país, mediante a estrutura e implementação dessas linhas de ação.

³ Além da figura do presidente da república e do partido, os militares conseguiram tornar-se uma base vital nas políticas doméstica e externa, devido às questões securitárias domésticas e externas.

6.3 AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS E MULTIPARTIDÁRIAS EM 1992, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDEOLOGIA DEMOCRÁTICA DO ESTADO ANGOLANO

A questão da transição de poder em Angola tem sido o ponto nevrálgico na política do país. Valentim (2010, Apud CARVALHO, 2015), descreve que a República Popular de Angola (RPA), de 1975 a 1989, serviu de arena violenta no período da Guerra Fria, bem como houve a invasão racista da África do Sul. Nesse sentido, esse autor faz referência à primeira tentativa do fim desse conflito armado, em 22 de junho de 1989, no qual realizou-se a Conferência de Gbadolite, na República Democrática do Congo (RDC), especificamente no Zaire. Essa conferência contou com a participação efetiva de 18 presidentes do continente africano, que tinha como principal objetivo de buscar a paz em Angola, igualmente contou com a presença significativa de Jonas Malheiro Savimbi, líder político da UNITA. Dessa Cimeira foi destacado o cessar-fogo, que entraria em vigor no dia 24 de junho de 1989.

Sebastião (2015) faz um resumo pertinente sobre a Cimeira Gbadolite:

Resumidamente consideram-se resultados positivos da Conferência de Gbadolite como sendo que a mesma permitiu o primeiro encontro entre o presidente do MPLA e do Governo da República Popular de Angola (GRPA) com o líder da UNITA, após a ruptura deste último com o presidente Agostinho Neto em 1975; abriu igualmente o processo das negociações entre o GRPA e a UNITA; permitiu criar uma imagem positiva do Presidente José Eduardo dos Santos nos EUA, na Europa e na África como uma personalidade de diálogo e reconciliação nacional; e por fim, criou igualmente uma boa imagem ao Dr. Savimbi, transmitindo a ideia de que o problema de Angola passa num diálogo direto entre as duas partes. Contudo, as negociações não progrediram por falta de uma agenda concordante, isto é, a UNITA queria discutir assuntos políticos e o Governo angolano insistia sobre o cessar-fogo. (SEBASTIÃO, 2015, p. 82).

Observa-se que os líderes do continente africano violaram o acordo de cessar-fogo do conflito civil da RPA. Conforme descreve Sebastião (2015):

A falta de um documento escrito e assinado pelos digníssimos Chefes de Estado africanos e feito a conhecer publicamente à imprensa internacional abriu uma crise profunda de desconfiança entre as partes envolvidas no conflito em Angola. [...] fez com que tanto os militantes como os membros da UNITA solidarizassem com o Dr. Savimbi em rejeitar os resultados de Gbadolite. [...] (SEBASTIÃO, 2015, p. 83).

Nessa ordem de pensamento, Comeford (2005, apud CARVALHO, 2015) descreve que, na época de 1989, os conflitos armados eram tensos, por isso o governo português⁴ interferiu para iniciar as conversações entre o MPLA e a UNITA, para estabelecer mudanças na arena política de ambas partes. Valentim (2010, apud SEBASTIÃO, 2015) menciona que:

Tinha chegado a hora de calar as armas nas fileiras das FALA e a ordem do cessar-fogo foi dada a partir de Bruxelas”, capital da Bélgica, no dia 14 de maio de 1991, pelo alto comandante das FALA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Assim “os militares da UNITA acataram as ordens dadas e em todo espaço nacional as armas calaram-se e muito rapidamente”, os estados-maiores gerais das FAPLA e das FALA encontraram-se para a desmobilização das forças no Luena. Por outro lado, e face a tal situação, serviu de encorajamento à saída dos últimos contingentes cubanos de maneira muito antecipada. Contudo, estava tudo calmo e os angolanos predispostos a cumprirem os Acordos de Bicesse. (VALENTIM, 2010, p. 212 apud SEBASTIÃO, 2015, p. 84).

Neste contexto, Valentim (2010 apud SEBASTIÃO, 2015) ressalta que após um longo período de conflito civil entre a sociedade angolana e com a participação da comunidade internacional, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos e o Presidente da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, assinaram o Acordo de Bicesse no dia 31 de maio de 1991, no Palácio das Necessidades em Portugal. Nesse encontro solene, também estiveram presentes personalidades estrangeiras, como o Primeiro-Ministro de Portugal, Cavaco Silva, Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Perez de Cuellar, o Secretário de Estado Americano, James Baker III, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Cardeal D. Alexandre do Nascimento.

Tendo como visão estratégica para a realização das primeiras eleições presidenciais e multipartidárias em 1992, possibilitaram-se diversos encontros entre o Chefe do Estado de Angola e o Presidente do Partido da UNITA, com o principal objetivo de estabelecer uma aproximação efetiva entre os dois líderes políticos. Ressalta-se ainda a participação das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), que resultou na formação do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas (CSFAA)⁵, de modo que a junção dessas duas forças permitiu concretizar um novo

⁴ Ainda conforme a ideia do autor, Portugal promoveu, entre 24 e 25 de Abril de 1990, os primeiros contatos diretos entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA. Para incutir uma maior credibilidade a essa tentativa, todos os países envolvidos diplomaticamente na solução do conflito angolano enviaram emissários para Lisboa, como forma de encorajar esta negociação de Paz (COMEFORD, 2005, apud CARVALHO, 2015, p. 58).

⁵ As Forças Armadas Angolanas (FAA) são o símbolo de unidade Nacional da República de Angola e foram criadas a 09 de Outubro de 1991. [...] a materialização do preceituado nos Acordos de Bicesse (Portugal), rubricados em 1991, entre o Governo Angolano e a UNITA, ao abrigo do qual seriam fundidas as Ex-Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), Exército Governamental, e as extintas Forças Armadas

quadro para a população angolana. Desse modo, 1991 foi considerado a chave mestra para o sucesso e êxito do Acordo de Bicesse⁶. (VALENTIM, 2010, apud SEBASTIÃO, 2015).

Valentim (2010, apud SEBASTIÃO, 2015) ainda acrescenta que o acordo de Bicesse foi um pano de fundo para cessar-fogo das tropas da UNITA, impedindo também “[...] a formação de uma nova Forças Armadas, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multipartidárias e presidenciais” (VALENTIM, 2010, p. 246-247, apud SEBASTIÃO, 2015, p. 85).

Todos esses fatores mencionados anteriormente trouxeram fundamentos sólidos para a realização das primeiras eleições presidenciais e multipartidárias em 1992. Com efeito, Carvalho (2015) descreve os resultados das eleições em Angola:

[...] Em 17 de Outubro foi divulgado o resultado das eleições pelo Conselho Nacional de Eleições, que anunciou a necessidade de uma segunda volta das presidenciais. José Eduardo dos Santos, líder do MPLA, obteve 49% dos resultados, e Jonas Savimbi, líder da UNITA, alcançou 41%. Nas legislativas, coube ao MPLA 70 lugares na Assembleia Nacional, à UNITA 44, e três assentos à FNLA, terceiro partido histórico angolano, e ainda ao PRS e ao PLD, tendo os restantes conseguido um assento cada. O resultado das eleições gerais, aceite no início pela UNITA, foi depois rejeitado por alegada "fraude eleitoral", e o país mergulhou numa nova guerra, que só acabou em fevereiro de 2002, com a morte em combate de Jonas Savimbi. (CARVALHO, 2015, p. 60, *grifo nosso*).

Assim, na sequência, Francisco (2013) demonstra que o presidente do maior partido da oposição UNITA alegava que as eleições do país não apresentavam transparência nos votos obtidos, por isso, resultou o último período da luta armada, que teve início no dia 30 de outubro de 1992. O referido autor continua argumentando que o presidente eleito pela população angolana foi o líder da nação e Chefe das Forças Armadas, desde 21 de setembro de 1979, devido ao falecimento do antigo líder e Chefe do Estado, Dr. Agostinho Neto, no dia 10 de setembro de 1979.

Portanto, em 1992, o segundo ex-presidente da República de Angola, Engenheiro José Eduardo dos Santos, conseguiu abraçar com as duas mãos a efetivação de um novo sistema político democrático. A mudança do monopartidário para multipartidário consistia em

de Libertação de Angola (FALA), então componente militar da UNITA [...] (FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS, 2023, *sp*).

⁶ Em 1991, com a assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse, cria-se uma nova Era. As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) – Exército Governamental e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) do movimento UNITA, até então envolvidas no conflito armado, são extintas, criando-se as Forças Armadas Angolanas (FAA), únicas, apartidárias e subordinadas ao Estado Angolano. aqui colocar uma nota de rodapé de uma das páginas das FAA, o número da nota Acordo de Bicesse (FORÇA AÉREA NACIONAL, 2023, *sp*).

construir e desenvolver um arsenal de economia de mercado livre, ou seja, a transição do sistema político e econômico de Angola permitiu estabelecer novas frentes da economia de mercado mais justa e livre para atender as necessidades do país⁷. (JOSÉ, 2011).

De acordo com a Constituição de 1991 (Lei nº 12/91), as questões do socialismo foram revogadas para consagrar princípios democráticos, garantindo direitos e liberdades fundamentais da população. A mudança também prescrevia do cenário econômico e político monopartidarismo para um cenário multipartidarismo. Esses aspectos relevantes tiveram como base as primeiras eleições presidenciais e legislativas de 1992 (CONSTITUIÇÃO, 1991, apud JOSÉ, 2011).

7 METODOLOGIA

Nesta pesquisa será adotado o método indutivo, partindo de uma perspectiva de análise, observando os fenômenos (as razões dos conflitos e política externa), a relação entre esses, e, por fim, a generalização entre as relações (analisar os acordos e os resultados obtidos).

Para examinar o objeto e problematizá-lo com base num aporte teórico capaz de dissecar o objeto, adotou-se a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, no intuito de se familiarizar ainda mais com as razões das quíziplas ideológicas que envolvem os movimentos independentistas angolanos. Para Gil (1991, p. 45), “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese”.

É imperativo destacar que, por se tratar de um evento histórico (Guerra Civil), propõe-se trabalhar com a pesquisa bibliográfica, utilizando materiais já elaborados, tais como artigos científicos e livros. Além disso, será imprescindível a pesquisa documental, que, segundo Gil (1991, p. 51), “[...] vale-se de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. São características de documentos de primeira mão: “[...] documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos e partidos políticos” (GIL, 1991, p. 51).

⁷ Apesar da mudança ideológica e econômica em 1992, notou-se que a sociedade angolana continuou evidenciando situações de precariedade.

Como foi apontado na parte inicial desta pesquisa, o fato de existirem dificuldades de acesso a fontes, se propõe um olhar mais interdisciplinar e transversal, apropriando-se de fontes primárias, que deverão complementar as fontes secundárias para entender o objeto de estudo. Ressalta-se que, pelo fato de se tratar de estudo relacionada à África e analisado por uma estudiosa que se decida a temáticas voltadas para a África, o diálogo entre os campos e/ou disciplinas será uma condição inextricável à transversalidade (HOUNTONDI, 2008, 149-150).

8 CRONOGRAMA

Atividades/Semestres	2º	3º	4º	5º	6º
Reunião com o orientador	x	x	x	x	x
Levantamento bibliográfico, fontes primárias e secundárias	x	x			
Levantamento das literaturas especializadas sobre a Política Externa angolana	x	x	x		
Coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica	x	x	x		
Reelaboração do projeto			x	x	
Confrontação das fontes, eventos e enquadramento teórico		x	x	x	
Análise crítica e interpretação dos dados		x	x	x	
Revisão da pesquisa				x	x
Defesa					x

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Asp Cav Feliciano Paulo. **Guerra em Angola as Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil. 2011.** 68f. Dissertação (Mestre em Ciências Militares Especialidade de Cavalaria) - Academia Militar Lisboa, 2011.
- ANGOLA, Jornal de. **Acordo de Alvor foi assinado há 47 anos.** 2022. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/acordo-de-alvor-foi-assinado-ha-47-anos/>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- ANGOLAS, Forças Armadas. **Firmes Perantes os Desafios do Futuro.** 2023. Disponível em: <https://faa.ao/pagina/historia-cultura> Acesso em: 10 jan. 2023.
- CABRAL, Amílcar. A prática revolucionária – Unidade e Luta II. Obras Escolhidas. Vol.II. Comitê Executivo da Luta do PAIGC, Lisboa. Novo Seara, 1977.
- CARVALHO, Tiago Emanuel da Cunha. **O conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como Materialização do Confronto URSS/EUA: no contexto da Guerra Fria.** 2015. 68. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais) – Universidades da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, Covilhã, 2015.
- CASTELLANO DA SILVA, Igor. Política Externa Regional de Angola: Mudanças Frente à Ordem Sistêmica (1975-2010). **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.4, n.7, p.139-172. jan./jun. 2015.
- FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975–1992).** 2013. 129f. Dissertação parcial (Mestre em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília. 2013.
- GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOMES, Gonçalo Santa Clara. **Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional.** 1990. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/42613>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 80 |Março, 2008, p.149-160. Disponível em: http://www.obs.org.br/cooperacao/download/28_6b04071ab2295e210b0cc5f1c5b6766d. Acesso em: 05 jan. 2022.
- Imagem, Google. **Mapa político de Angola.** Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/angola/> . Acesso em: 10 de jan. de 2023.
- JOSÉ, Joveta. **Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais.** 2011. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt19-24/1977-jovetajose-politica/file>. Acesso em: 26 dez. 2022.

NACIONAL, Forças Aéreas. **História da Força Aérea Nacional**. 2023. Disponível em: https://faa.ao/fan/historia_cultura_fan. Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo. Editora Saraiva, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ISprDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_book_other_versions_r&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 jan. 2023.

PECEQUILO, Cristina. **Introdução às Relações Internacionais**. 9ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. Brasiliense, São Paulo, 1992.

SANTOS, Victor Marques dos. Reflexões sobre a problemática da avaliação de resultados em análise de política externa. **Discursos: estudos em memória do Prof. Doutor Luís Sá**, p. 93-109, 2000.

SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. **O Processo de Paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito de Gbadolite à Luena**. 2015. 115f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Departamento de Economia, Universidade de Évora. Évora, 2015.

ANEXO

Mapa 1 - Mapa político de Angola apresentando as fronteiras, províncias e as suas respectivas capitais



Fonte: Google imagem. Disponível em: <<https://pt.mapsofworld.com/angola/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.